

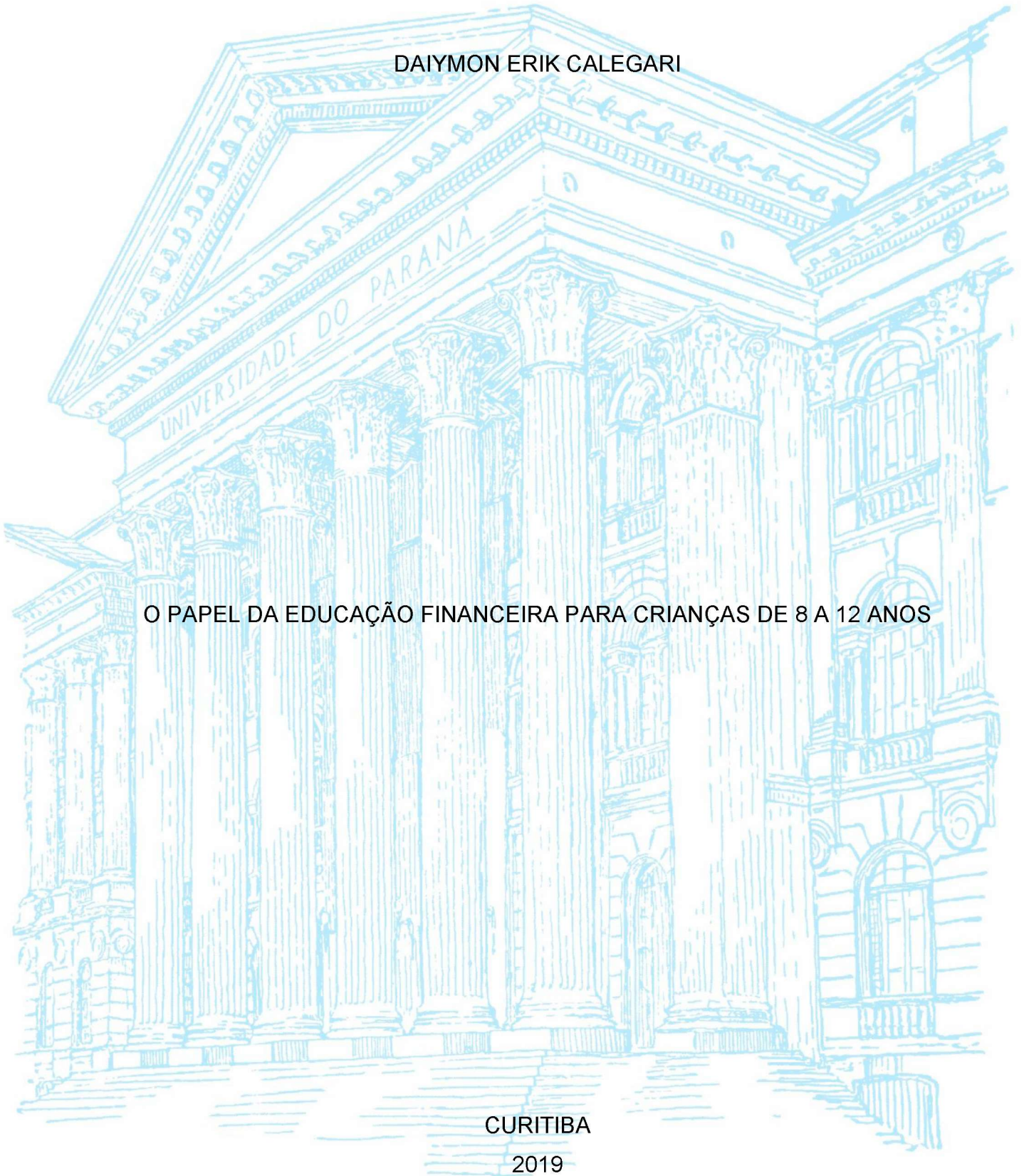
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DAIYMON ERIK CALEGARI

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CRIANÇAS DE 8 A 12 ANOS

CURITIBA

2019



DAIYMON ERIK CALEGARI

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CRIANÇAS DE 8 A 12 ANOS

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Dayane Rocha de Pauli

CURITIBA

2019

Dedico este trabalho aos meus pais
e irmãos que sempre me apoiaram na
minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades e compreender que devemos aproveitar a vida cada minuto, onde o tempo é um bem precioso e relativo para cada pessoa.

Aos meus pais, que estiveram ao meu lado o tempo todo e me deram forças para sempre seguir em frente nos meus sonhos, me dando amor, incentivo e apoio.

Ao meu irmão Danilo, o qual foi e é um exemplo a ser seguido, justo e correto com tudo, onde sempre me ensinou a ser uma pessoa melhor.

A minha irmã mais nova Dayana, que me aguentou em todos os dias de estresse.

A minha orientadora Dayane **Rocha**, pelo suporte a monografia e por mostrar que um grande professor, vai além de ensina as matérias, mas que devemos compreender as dificuldades do próximo e ensinar que a vida é sempre um grande aprendizado.

Aos meus amigos Alexei e Julius, que me acompanham nessa caminhada da graduação desde o início.

Aos meus amigos da faculdade, aos quais compartilharam das mesmas felicidades e frustrações que tive que superar na universidade.

A **ONG** Em Ação, que pude me dar um suporte para passar no vestibular e após a minha entrada, pude ajudar como voluntário e tive uma experiência para toda vida.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho aborda o papel da educação financeira para crianças de 8 a 12 anos, explicando sua importância e como essa faixa etária é definida em estudos educacionais sobre processos de aprendizagem e nas políticas governamentais do Brasil. Nessa comparação, mostramos que essa faixa etária é considerada ideal para a inserção de aprendizado matemático, e, portanto, os conceitos básicos de finanças pessoais trariam maiores benefícios futuros para as crianças. Seguindo com o intuito de expandir a educação financeira, o governo criou em 2010 o CONEF e através da ENEF, criou medidas para o desenvolvimento da educação financeira no Brasil. Por fim veremos que os projetos e iniciativas criadas pela a ENEF, seguem os mesmos pressupostos que os pensadores educacionais.

Palavras-chave: Educação financeira, Piaget, Vygostky, Wallon, ENEF, CONEF.

ABSTRACT

This paper discusses the role of financial education for children aged 8-12, explaining its importance and how this age group is defined in educational studies on learning processes and in government policies in Brazil. In this comparison, we show that this age group is considered ideal for the insertion of mathematical learning, and therefore the basic concepts of personal finance will bring future benefits to children. Continuing to expand financial education, the government created CONEF in 2010 and through ENEF created measures for the development of financial education in Brazil. Finally, we will see that the projects and initiatives created by ENEF follow the same assumptions as educational thinkers.

Keywords: Financial education, Piaget, Vygostky, Wallon, ENEF, CONEF.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. ESTÁGIOS COGNITIVOS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL SEGUNDO PIAGET	20
QUADRO 2. ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DA AFETIVIDADE, ABORDADA POR WALLON	26
QUADRO 3. QUADRO COMPARATIVO DOS PENSADORES EDUCACIONAIS.....	27
QUADRO 4.PRINCIPAIS OBJETIVOS DO PROJETO VIDA E DINHEIRO	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABTD	- Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento
AEF-Brasil	- Associação de Educação Financeira do Brasil
ANBIMA	- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
CNC	- Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNseg	- Confederação Nacional das Seguradoras
CONEF	- Comitê Nacional de Educação Financeira
Consed	- Conselho Nacional de Secretários de Educação
ENEF	- Estratégia Nacional de Educação financeira
FEBRABAN	- Federação Brasileira de Bancos
ODS	- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
POF	- Pesquisa de Orçamentos Familiares
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
ZDP	- Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O QUE É A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA IMPORTÂNCIA	13
2.1	FINANÇAS DOMÉSTICAS	13
2.2	A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CRIANÇAS	16
3	PENSADORES EDUCACIONAIS	19
3.1	JEAN PIAGET	19
3.2	LEV VYGOTSKY	22
3.2.1	Primeira implicação: uma “janela de aprendizagem”	23
3.2.2	Segunda implicação: o tutor como agente metacognitivo.....	23
3.2.3	Terceira implicação: a importância dos pares como mediadores da aprendizagem.....	24
3.3	HENRI WALLON	25
3.4	CONTRIBUIÇÃO DOS PENSADORES EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA	27
4	PAPEL DO GOVERNO NA ORIENTAÇÃO FINANCEIRA.....	30
4.1	CONEF E ENEF	30
4.2	A RELAÇÃO DAS POLITICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E OS PENSADORES EDUCACIONAIS	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
6	REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho irá conceituar a educação financeira e apresentar a importância de sua abordagem para crianças, mostrando que o papel dos pais e das escolas afeta diretamente no desenvolvimento das crianças, a educação financeira poderá afetar o futuro de uma criança se não for repassada, entretanto, sabemos que esse não é o único fator determinante para o futuro de uma criança.

A inadimplência no Brasil alcança mais de 60% (sessenta por cento) do total das famílias, segundo o SPC Brasil (2019). Isso traz um grande impacto para as crianças, pois além de impactar seu presente, com maiores restrições de consumo das famílias, também há impacto no seu futuro já que uma criança tende a seguir os mesmos passos do seu tutor legal. Com isso o papel dos pais e das escolas é fundamental para o desenvolvimento educacional das crianças, sendo uma ferramenta importante para a diminuição da desigualdade educacional, que por fim, afeta diretamente a desigualdade de renda no país.

O objetivo principal do tema do presente trabalho é demonstrar a importância de uma intervenção educacional como a educação financeira em crianças na faixa etária entre 8 (oito) e 12 (doze anos) no Brasil. Então no capítulo dois, através de embasamento teórico de pensadores educacionais como Piaget, Vygostky e Wallon, tendo por objetivo justificar a faixa etária ideal para inserção desse tipo de aprendizado.

Para chegar ao objetivo principal do estudo em questão, será necessária a análise das principais referências sobre pensadores educacionais e verificar quais são os papéis do governo e os projetos que já foram ou estão sendo realizados no Brasil.

Uma das metodologias a serem usadas é a descritiva, com o objetivo de esclarecer sobre a evolução da capacidade de aprendizado conforme a idade, com base na teoria de Piaget, Vigotsky e Wallon. Também foi usado a pesquisa bibliográfica, através de publicações científicas em periódicos, livros e congressos.

Além das contribuições sobre qual a melhor idade para abordar a educação financeira para as crianças, os estudos realizados pelos autores acima apontados contribuirão para esclarecer como a inserção social, a afetividade e o papel do tutor são importantes no desenvolvimento da criança. No terceiro capítulo, será possível verificar o papel da educação financeira da criança, quais políticas públicas

brasileiras estão sendo feitas para a contribuição educacional e sua aderência às conclusões dos estudiosos da educação.

O quarto capítulo analisa quais medidas o governo brasileiro tomou a partir do decreto presidencial nº7.397, criado no dia 22 de dezembro de 2010, institui a criação a Estratégia Nacional de Educação financeira – ENEF, com o intuito de levar gratuitamente a educação financeira e previdenciária para a população e assim contribuir na formação dos cidadãos.

Por fim, a conclusão apresenta os principais achados do trabalho, comparando as políticas implementadas pelo governo com as contribuições dos pensadores educacionais.

2 O QUE É A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA IMPORTÂNCIA

Quando o assunto é dinheiro e formas de sua gestão, pensamos em métodos que trarão altos lucros, outras vezes em maior segurança. Porém, é bastante recente a preocupação de possibilitar uma educação financeira à população. Como será visto, a política nacional apontando esse desenvolvimento, iniciou apenas em 2010, sendo que sua adesão e atuação é ainda tímida até hoje.

Ensinar às crianças conceitos como dinheiro, poupança, investimentos e prioridades de consumos, mais do que contribuir para uma disseminação de informação no presente, faz parte de um processo de preparação da criança para seu futuro. Além disso, o acesso à informação é uma das formas mais efetivas de quebrar o círculo vicioso da pobreza e conforme dados da IPEA, um dos **O**bjetivos de Desenvolvimento Sustentável (**ODS**) é a erradicação da pobreza e a meta 1.4 trás que,

até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a serviços sociais, infraestrutura básica, novas tecnologias e meios para produção, tecnologias de informação e comunicação, serviços financeiros e segurança no acesso equitativo à terra e aos recursos naturais. (“ODS 1 - Erradicação da Pobreza - Ipea - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, 2019).

Em várias famílias não existe diálogo quanto questões que envolvam dinheiro e em várias situações muitas famílias sequer possuem um conhecimento prévio de finanças domésticas e as formas de repassá-las às crianças. Para abordar algumas dessas questões, vamos apresentar a seguir algumas noções de finanças domésticas e como elas podem influenciar no desenvolvimento das crianças

2.1 FINANÇAS DOMÉSTICAS

Todos nós cultivamos estratégias de finanças domésticas no gerenciamento de recursos da família. Algumas decisões como o que e quando consumir, como obter renda etc. permeiam a vida de qualquer pessoa. Porém, para melhores decisões, não é preciso ter um conhecimento amplo de matemática financeira ou conhecer formas complexas de consumo, ou até mesmo de estratégias comportamentais para evitar gastos. Neste sentido, apenas uma noção básica sobre estes conceitos já é de grande ajuda.

Tão importante quanto a busca por maiores níveis de renda, é desenvolver o hábito e a cultura de organizá-la. É fundamental que o ser humano, além de conquistar uma maior remuneração, consiga mantê-la. Para isso, torna-se imprescindível que o mesmo desenvolva o controle de suas finanças pessoais, dentro de um patamar que sua situação econômica permita (GOMES; SORATO, 2010).

Por exemplo, o simples fato de entender a origem da renda faz com que o indivíduo saiba o que é o dinheiro de uma forma um pouco mais consciente. Para tanto, é importante ter noção de que o tempo de lazer deste indivíduo deve ser, dentro de certa medida, abdicado em favor do exercício de uma atividade remunerada. A origem do recurso vem, portanto, de um esforço, e, via de regra, não é obtido sem uma contrapartida. Parece um raciocínio simples, mas muitas pessoas se endividam no cartão de crédito ou obtêm empréstimos consignados sem se ater ao fato de que precisarão pagar aquele valor, e ainda, acrescido de juros, futuramente, com cita Silveira (2006),

gasta-se relativamente muito com artigos de limpeza, mobiliários e artigos do lar, eletrodomésticos, equipamentos do lar e som e tv e com conserto e manutenção de artigos do lar – retratando os altos valores absolutos dos bens duráveis de consumo e, possivelmente, o peso prolongado dessas despesas no orçamento dos mais pobres, que acabam por ter de recorrer ao crédito para obtê-los.(SILVEIRA, 2006, p.139)

Conforme citação do texto acima, conhecimentos desta natureza são interessantes para as crianças, pois muitas desconhecem a origem do dinheiro dentro dos lares. Isto porque, para muitas crianças o dinheiro surge da carteira dos pais, sem qualquer explicação ou justificativa. Assim, inexistente um senso crítico entre elas sobre as formas de obtenção do dinheiro. Logo, neste cenário, surge a necessidade dos pais de educar e repassar conhecimentos adquiridos.

Nesse sentido,

a educação financeira é o meio de prover esses conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades. É, portanto, um instrumento para promover o desenvolvimento econômico. Afinal, a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia, de modo geral, em toda economia, por estar intimamente ligada a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento dos países (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013, pag.7).

É importante destacar que as finanças estão presentes nas nossas vidas todos os dias, muitas vezes impactando o bem-estar diretamente.

Ainda, seguindo esta lógica, interessante frisar que o comportamento do indivíduo está diretamente relacionado à sua forma de consumir e de gerenciar seu dinheiro. Este aspecto tem reflexo direto no cenário econômico. Uma pesquisa de endividamento dos consumidores, feita pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), mostra que o nível de inadimplência dos brasileiros no mês de outubro de 2019, está em 64,7%, quando se comparado na mesma época do ano anterior que era de 60,7%. Ou seja, além do número ser preocupante, houve um aumento considerável pelo crescimento da demanda por empréstimos e financiamentos de pessoas físicas, principalmente o crédito habitacional (CNC, 2019).

O nível de endividamento pode estar diretamente ligado ao consumo das famílias, sendo uma das bases fundamentais para o desenvolvimento da economia pois o desejo de consumo das famílias pode auxiliar no processo de venda dos produtos. Famílias, pertencentes à diversos arranjos familiares, que tenham crianças em suas casas, tornam-se, em diversas situações, as que mais consomem produtos e as mais importantes para as empresas (SILVEIRA, 2006).

Os desejos e vontades das crianças, correlacionados a datas comemorativas acabam influenciando no consumo infantil, e por consequência, nas escolhas de consumo dos pais. Há muitos fatores, como as propagandas, a televisão, youtube, internet e etc que podem influenciar no consumo das crianças e da família, e segundo Silveira (2006),

padrões de consumo não ocorrem de forma homogênea entre os brasileiros, ao contrário, variam por classe de renda e por grau de desenvolvimento da região (SILVEIRA, 2006, p. 15).

O consumo por muitas vezes está relacionado ao bem-estar do indivíduo, o qual toma suas decisões com base em suas necessidades e desejos, conforme determinada situação. Em alguns casos, segundo Silveira (2006),

o bem-estar pode estar relacionado a políticas públicas redutoras de preço dos alimentos e poderá ter um grande potencial de melhoria do bem-estar da população, principalmente para famílias que recebem até dois salários mínimos mensais, nas quais o dispêndio com alimentos é em geral superior a 40% do total dos gastos de consumo dessa família. (SILVEIRA, 2006, p. 52).

Portanto a educação financeira tem o papel de mostrar a origem da renda, promover o consumo consciente, prevenir o endividamento excessivo e auxiliar num

crescimento do patrimônio. Tem ainda a função de evidenciar que as decisões tomadas pelo indivíduo têm impacto na economia do país. O consumo consciente é precedido de um bom planejamento financeiro, resultando em mudanças de hábitos de curto, médio e longo prazo (VIEIRA; BATAGLIA; SEREIA, 2011).

Então, podemos compreender que as informações financeiras são amplas. Ainda, a tarefa dos pais e das escolas em educarem as crianças financeiramente, acaba sendo uma tarefa complicada para a junção de tantos caminhos na educação a serem seguidos.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CRIANÇAS

A educação é um assunto de grande campo para discussão, conforme entendimento de pensadores educacionais de diversos países. A educação, não se refere apenas ao âmbito das escolas, mas também à parcela da educação que é realizada em outros ambientes, tais como o próprio domicílio, empresas, associações etc.

Investir em educação é uma das formas mais efetivas para combater a pobreza, segundo a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2019) alguns benefícios da alfabetização incluem uma maior participação no mercado de trabalho e também uma importante alternativa para buscar o crescimento pessoal e econômico em geral. Segundo a ABTD (Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento), o investimento das empresas na capacitação dos colaboradores cresceu 24% em 2016, em comparação com o ano anterior.

Ter conhecimento sobre os eventos que afetam a economia e o impacto sobre suas decisões diárias é primordial para poder preparar-se de acordo com os cenários. Ao estar preparado para administrar as finanças familiares, o indivíduo avalia os impactos das políticas públicas para sua vida e a de sua família (PINHEIRO, 2008).

Com um maior nível de educação, o indivíduo amplia seus objetivos e seu leque de possibilidades. Isso pode influenciar não apenas a suas decisões, mas a de todos que estão ao seu redor, principalmente o futuro de uma criança sob sua responsabilidade.

Pinheiro retrata isso, dizendo que,

A educação financeira pode ajudar as crianças a compreender o valor do dinheiro e ensiná-las a gerir orçamentos e a poupar. Proporciona aos estudantes e jovens competências importantes que lhes permitam viver de forma independente. Permite que os adultos planejem grandes acontecimentos para sua vida, como a compra da casa própria, o sustento da família, o financiamento dos estudos dos filhos e a preparação para a aposentadoria (PINHEIRO, 2008, p.3).

Já para Stuart (2014), elementos de ordem epistemológica, política, econômica, pedagógica, cultural, social, legal, financeira e administrativa também colaboram para a construção de uma educação infantil de qualidade.

Mas, quando um assunto envolve crianças, é difícil quantificar os fatores que influenciam o desenvolvimento delas, tendo em vista que existem fatores exógenos e endógenos, com impacto direto e indireto (STUART, 2014).

O meio social que a criança vive é um dos principais fatores que influenciam na sua educação. Quando uma criança está com seus amigos, ela terá vontade de consumir aquilo que seus colegas consomem, pois como veremos mais adiante, a criança depende do meio social para seu desenvolvimento cognitivo (FINO, 2001).

Cada lar é composto por uma família com rotinas e dificuldades financeiras que demandam superação. As oportunidades que cada indivíduo tem, podem, por sua vez, afetar na vida de uma criança.

No Brasil, 23,9% das famílias vivem com um salário mínimo, conforme mostra a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, do IBGE, sendo algo que influencia diretamente no meio social da criança. Fatores como o baixo rendimento financeiro familiar pode, por consequência, forçar a criança a trabalhar. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) Contínua de 2016, o Brasil tinha cerca de 190.000 crianças entre 5 (cinco) e 13 (treze) anos em situação de trabalho infantil, sendo que 71,8% eram negras ou pardas. Tais dados demonstram a vulnerabilidade social impactada pela renda e consequentemente por segregação racial.

Além da questão social, o papel dos pais e das escolas torna-se fundamental para o aprendizado e futuro das crianças. Crianças não tem a percepção para conseguirem aprender sozinhas regras e assuntos mais complexos. É o papel das escolas do adulto estimulá-la a entender um pouco mais sobre aspectos econômicos.

Contudo, Pinheiro mostra outra vertente,

no entanto, para muitos indivíduos, os produtos são intrinsecamente complexos e o seu desempenho futuro é de difícil avaliação. As assimetrias de informações continuam a ser significativas: mesmo os produtos financeiros relativamente simples podem afigurar-se com elevado grau de dificuldade para a média da população, cuja educação financeira é escassa ou inexistente (PINHEIRO, 2008, p.4).

A responsabilidade de educar as crianças cabe ao estado e às famílias, sendo incentivada com a colaboração da sociedade, conforme prevê a Constituição de 1988, em seu artigo. 205. (“CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”, 1988).

Portanto cabe ao tutor e as escolas estimular a educação financeira para a criança, pois como veremos mais adiante, a criança no período de 8 (oito) a 12 (doze) anos, passa por estágios biológicos que desenvolveram habilidades para aprender determinados assuntos. É nesse momento que a criança deve ser inserida no mundo (PIAGET, 2010). Porém, com a ausência desse fator, a responsabilidade das escolas é aumentada. Para os pais, a educação financeira representa uma tarefa difícil, pois muitos não tiveram um ensino com a inclusão de educação financeira e por um outro lado a rotina de trabalho e atividades domiciliares acabam comprometendo o tempo disponível. Nesse sentido, políticas educacionais que abordem a questão nas escolas públicas, de forma gratuita, é cada vez mais importante para a inclusão das crianças a esse tipo de informação, contribuindo para seu futuro e para melhores indicadores para a nação.

Porém, para a elaboração de um plano de educação, é importante reconhecer as etapas de aprendizagem pelas quais as pessoas passam. Qual seria a idade adequada para iniciar essas intervenções? Buscando compreender essa questão, o Capítulo 3 apresenta a visão de alguns dos pensadores educacionais mais importantes sobre o tema: Piaget, Vigotsky e Wallon.

3 PENSADORES EDUCACIONAIS

A educação de uma criança pode ser categorizada em diversos tipos, conforme cada etapa de aprendizagem, mas respeitando e evolução biológica corporal do indivíduo. Andar, falar, aprender a jogos e respeitar os amigos, são alguns dos traços de desenvolvimento da criança. Compreender as variáveis que determinam o aprendizado será importante para analisar as políticas de ensino de educação financeira para as crianças, foco desse trabalho.

Alguns pensadores educacionais são reconhecidos por suas contribuições para a compreensão do aprendizado na infância. Dentre eles, destacaremos Jean Piaget, Lev Vygotsky e Henri Wallon e suas contribuições nas seções seguintes.

3.1 JEAN PIAGET

Jean William Fritz Piaget, suíço, biólogo, psicólogo e epistemólogo, considerado um dos mais importantes pensadores do século XX, abordou assuntos no ramo da educação das crianças e como elas desenvolvem e constroem seu próprio aprendizado.

Segundo Souza (2014),

a intenção de Piaget não era propriamente formular uma teoria específica de aprendizagem e, com isto, este autor não nos oferece (professores) uma didática precisa sobre como estimular a aprendizagem do aluno; entretanto, nos possibilita refletir acerca dos estímulos adequados para proporcionar um desenvolvimento do sujeito compatível com a sua faixa etária (SOUZA, 2014, p.135).

Piaget acreditava que o conhecimento é repassado através da interação de dois polos, ou seja, ele não é imanente nem ao sujeito e nem ao objeto. O desenvolvimento, portanto, é um equilíbrio progressivo, uma passagem continua de um estado de menor equilíbrio para um estado de equilíbrio superior (PIAGET, 2010).

Piaget ainda cita que,

certas funções psíquicas que dependem, intimamente, do estado dos órgãos, seguem uma curva análoga. A acuidade visual, por exemplo, atinge um máximo no fim da infância, diminuindo em seguida; muitas comparações perceptivas são também regidas por esta mesma lei (PIAGET, 2010, p. 13 e 14).

Portanto, Piaget levava em consideração a parte biológica da criança em conjunto com seu aprendizado, e que há uma forma de organização da atividade mental, de aspecto duplo, motor e individual. Com isso, Piaget definiu quatro estágios do desenvolvimento da criança para fins metodológicos.

Estes estágios evidenciam que as crianças possuem, de acordo com sua idade e biologia corporal, momentos determinados para aprendizado e absorção de conhecimentos específicos. Desta forma, considerando tal critério, determinadas atividades não surtem efeitos quando apresentadas às crianças fora de faixa etária adequada, pois seu nível de aprendizado estaria prejudicado por razões biológicas.

No Quadro 1 encontram-se os estágios cognitivos do desenvolvimento infantil, segundo Piaget:

QUADRO 1. ESTÁGIOS COGNITIVOS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL SEGUNDO PIAGET

Estágio	Faixa etária	Características
Sensório-motor	0 a 2 anos	Nessa fase, as crianças adquirem a capacidade de administrar seus reflexos básicos para que gerem ações prazerosas ou vantajosas. É um período anterior à linguagem, no qual o bebê desenvolve a percepção de si mesmo e dos objetos a sua volta.
Pré-operatório	2 anos a 7	Essa fase caracteriza pelo surgimento da capacidade de dominar a linguagem e a representação do mundo por meio de símbolos. A criança continua egocêntrica e ainda não é capaz, moralmente, de se colocar no lugar de outra pessoa. . Nessa fase a criança desenvolve noções a respeito de objetos que serão utilizados na próxima fase, para formar, a criança está sujeita a vários erros.
Operatório Concreto	8 a 12 anos	Nessa fase tem como marca a aquisição da noção de reversibilidade das ações, a partir daqui ocorre o declínio do egocentrismo intelectual e o crescimento do pensamento lógico. Surge a lógica nos processos mentais e a habilidade de discriminar os objetos por similaridades e diferenças. A criança já pode dominar conceitos de tempo e número.
Operatório Formal	Após os 12 anos	Essa fase marca a entrada na idade adulta, em termos cognitivos. O adolescente passa a ter o domínio do pensamento lógico e dedutivo, o que o habilita à experimentação mental. Isso implica, entre outras coisas, relacionar conceitos abstratos e raciocinar sobre hipóteses.

Fonte: elaboração própria a partir de Piaget (2010).

Como pode ser observado na Tabela 1, Piaget destaca o desenvolvimento de aprendizado das crianças desde o nascimento, apontando que o desenvolvimento cognitivo tem uma maior amplitude a partir dos 7 (sete) anos. Aproximadamente entre os 7 (sete) aos 8 (oito) anos, a criança passa por mudanças na forma de abordar o mundo. É no período sensório-motor que a criança consegue representar

mentalmente o mundo pré-formado em sua mente, permitindo no período operatório concreto uma nova concepção e abordagem de tudo que já foi criado. Deste modo, a criança passa de um estado inicial em que tudo está centrado no corpo e na ação próprios do sujeito, para um estado contrário, com implicação em relações objetivas com os acontecimentos, objetos e pessoas (GOULART, 2005).

Para Piaget (2010), na fase do período operacional concreto, a criança desenvolve dois tipos de operações: operações lógico matemática e as operações infra lógicas. No período lógico matemático, surgem vários esquemas de conservação que serão sustentados através de uma estrutura lógica matemática, que envolverão paralelamente noções das estruturas lógico matemáticas de classes, relação e número (GOULART, 2005). Na fase infra lógica, são abordadas as noções físicas (substâncias, peso e volume) e também as variáveis espaciais (comprimento, superfície, volume, estabelecimento de horizontais, verticais, etc.).

Piaget mostra ainda que o desenvolvimento da criança depende também das relações interindividuais:

do ponto de vista das relações interindividuais, a criança, depois dos sete anos, torna-se capaz de cooperar, porque não confunde mais seu próprio ponto de vista com o dos outros, dissociando-os mesmo para coordená-los. Isto é visível na linguagem entre crianças. As discussões tomam-se possíveis, porque comportam compreensão a respeito dos pontos de vistas do adversário e procura de justificações ou provas para a afirmação própria. (...) A linguagem "egocêntrica" desaparece quase totalmente e os propósitos espontâneos da criança testemunham, pela própria estrutura gramatical, a necessidade de conexão entre as ideias e de justificação lógica (PIAGET, 2010, p.41).

Partindo dessas ideias de comportamento interindividuais, Piaget mostra o comportamento coletivo das crianças:

constata-se depois dos sete anos notável mudança nas atitudes sociais, como, por exemplo, no caso dos jogos com regra. (...) os jogadores a partir de sete anos apresentam um duplo progresso. Sem conhecer ainda de cor todas as regras do jogo asseguram-se, ao menos, da unidade das regras admitidas durante uma mesma partida e se controlam uns aos outros, de modo a manter a igualde frente a uma lei única. Por outro lado, o termo "ganhar" assume sentido coletivo: é ser bem-sucedido depois de uma competição com regras (PIAGET, 2010,p.42).

Assim como as interações pessoais e comportamento coletivo, Piaget afirma que os fenômenos afetivos são energizadores para o desenvolvimento cognitivo. Embora as estruturas cognitivas não expliquem as afetivas e nem as afetivas expliquem a cognição, uma não funciona sem a outra (GOULART, 2005).

Portanto, de acordo com Piaget, a matemática direcionada conforme os estágios do desenvolvimento infantil deve ser utilizada como um instrumento capaz de promover a interpretação dos acontecimentos ao redor da criança, contribuindo assim para a formação de pessoas com níveis de conscientização quanto ao princípio de cidadania, e, no que se refere ao tema dessa monografia, a um melhor acesso ao aprendizado de educação financeira.

3.2 LEV VYGOTSKY

O psicólogo Lev Semyonovich Vygotsky foi pioneiro em sua área de pesquisa, que abordou o conceito de desenvolvimento intelectual das crianças baseado nas interações sociais e condições de vida.

Vygotsky abordou temas da criação cultural, junto com o estudo sobre desenvolvimento intelectual da criança. Conforme Tassoni (2000):

Vygotsky (1994), ao destacar a importância das interações sociais, traz a ideia da mediação e da internalização como aspectos fundamentais para a aprendizagem, defendendo que a construção do conhecimento ocorre a partir de um intenso processo de interação entre as pessoas. Portanto, é a partir de sua inserção na cultura que a criança, através da interação social com as pessoas que a rodeiam, vai se desenvolvendo. Apropriando-se das práticas culturalmente estabelecidas, ela vai evoluindo das formas elementares de pensamento para formas mais abstratas, que a ajudarão a conhecer e controlar a realidade. Nesse sentido, Vygotsky destaca a importância do outro não só no processo de construção do conhecimento, mas também de constituição do próprio sujeito e de suas formas de agir. (TASSONI, 2000, p.1)

Essa interação com outras pessoas e o meio social, pode ser chamada de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Para Vygotsky a aprendizagem é anterior ao desenvolvimento, porque a aprendizagem gera o desenvolvimento a partir da zona de desenvolvimento proximal – ZDP, que é

a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sobre a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (GANDIN, 2013, p.2).

A linguagem humana, sistema simbólico na mediação do sujeito e o objeto de conhecimento, é o elemento fundamental de suas pesquisas junto à ZDP.

No que tange a área de pesquisa das funções da fala, é possível dividi-las em duas funções, sendo elas (i) a de intercâmbio social e (ii) a de pensamento

generalizante. Na primeira, o indivíduo utiliza a linguagem para comunicação entre indivíduos e na segunda transmite suas experiências através da fala (OLIVEIRA; DANTAS, 1992).

Para Vygostky o uso da ZPD pode permitir um grande avanço no desenvolvimento infantil, tanto de forma imediata quanto futura. Esse processo de maturação de conhecimento da criança, pode ser facilitado com a junção do uso da ZPD, na qual existem três tipos de implicações: janela de aprendizagem; tutor como agente metacognitivo; e a importância dos pares na aprendizagem. A abordagem de cada uma delas será apresentada a seguir.

3.2.1 Primeira implicação: uma “janela de aprendizagem”

O instrutor e o aprendiz interagem entre si para achar uma solução do problema que estão discutindo. Com o uso da ZDP, o aprendiz passa a fazer em conjunto com o instrutor aquilo que iria fazer sozinho e isso gera um leque de soluções no qual só é possível, pois o instrutor tem a experiência para achar a melhor alternativa.

Existira momentos em que o aprendiz estará diante de uma situação em que não haverá apenas uma única “janela de aprendizagem”, mas existem tantas outras alternativas. É através da ZDP que irão criar questionamentos e mais alternativas de soluções.

Para FINO (2001), um exemplo de que a ZDP traz benefícios ao aluno, ocorre quando

uma criança tem dificuldade com um problema de aritmética e o professor resolve no quadro, a criança pode compreender a solução num instante. Mas se o professor estiver a resolver o problema usando altas matemáticas, a criança não será capaz de compreender a solução, independentemente do número de vezes que imite o professor (FINO, 2001, p.7).

3.2.2 Segunda implicação: o tutor como agente metacognitivo

Segundo Vygotsky, o aprendiz deve ser capaz de identificar sua evolução intelectual e habilidades que foram interiorizadas. A partir dessa autoavaliação, o estudante está habilitado a iniciar um novo ciclo de aprendizado com um nível metacognitivo mais elevado(FINO, 2001).

O tutor tem como função auxiliar o aprendiz nesse autoavaliação e assim, possibilitar a evolução de seus conhecimentos. Segundo Fino,

o professor atua inicialmente como agente metacognitivo ao monitorizar e dirigir, sutilmente, a atividade do aluno em direção à conclusão da tarefa ou da resolução do problema, trabalhando, efetivamente, como regulador do processo e analista do conhecimento. (FINO, 2001, p.8).

Quando o aprendiz consegue entender a passagem de conhecimento do tutor para si, ele aumenta seu conhecimento metacognitivo e consegue sustentar-se sem a ajuda do professor.

No momento em que o aluno encontrar uma nova barreira de conhecimento, o tutor será usado como ferramenta da ZDP, para o aprendiz ter novamente uma evolução intelectual.

3.2.3 Terceira implicação: a importância dos pares como mediadores da aprendizagem

Uma das importâncias da ZDP como já citado, é a interação do indivíduo com outros sujeitos, para que haja a passagem de informação de um para o outro. Quando há pares de aprendizes juntos,

a responsabilidade pelo controle exterior é transferida do professor para o par-tutor, devendo essa transferência de controle promover aprendizagem autorregulada. (FINO, 2001, p.9)

O nível de aprendizado de pares, vai depender do grau de conhecimento dos sub-tutores e dos tutorados, pois a passagem de conhecimento dependendo do caso poderá ser mais rápida ou lenta. Também poderá ocorrer em casos em que os tutores tenham um ganho efetivo cognitivo, mais que os assistidos por eles.

Como a educação financeira é um assunto diferente para a criança e parte do princípio de ser repassada através de tutores, a teoria de Vygostky pode ser usada nesse trabalho, pois é através da ZPD que isso pode ser inserida.

Porém, para entendermos como a contribuição de um tutor poderá ajudar no desenvolvimento cognitivo, é preciso compreender que a afetividade pode estar ligada ao modo como o conhecimento é passado à criança. Para isso, é preciso conhecer a teoria de Wallon, que irá abordar a evolução da criança através da afetividade.

3.3 HENRI WALLON

Piaget e Vygostky já atribuíam a importância da afetividade da criança para seu desenvolvimento, mas foi o filósofo, médico, psicólogo e político francês, Henri Paul Hyacinthe Wallon, que se aprofundou no assunto.

Wallon não coloca a inteligência como a principal característica de desenvolvimento da criança, ele pressupõe que a vida é formada por três dimensões: motora, afetiva e cognitiva, as quais atuam de forma conjunta para o desenvolvimento.

Wallon, fã das obras de Jean Piaget, defende que o processo de evolução depende tanto da capacidade biológica quanto do meio em que ele está. Ainda, acredita também que a afetividade será parte fundamental dos seus estudos.

Tendo a afetividade como principal linha de pesquisa de Wallon, Ferreira e Acioly a definem como

o domínio funcional que apresenta diferentes manifestações que irão se complexificando ao longo do desenvolvimento e que emergem de uma base eminentemente orgânica até alcançarem relações dinâmicas com a cognição, como pode ser visto nos sentimentos (FERREIRA; ACIOLY-RÉGNIER, 2010, p.26).

Segundo essa corrente de pensamento, é possível entender a afetividade como um fator positivo no processo de aprendizagem, conforme apresentada na teoria psicogenética de Wallon. Esta teoria se baseava no fato de que a criança deveria compreender sua autoexistência e entendê-la conforme seus aspectos biológicos, afetivos, social e intelectual. Portanto, fornece subsídios para compreender o aluno e o professor, e a interação entre eles.

Como vimos, Piaget atribui às emoções das crianças um papel de grandeza na formação da vida psíquica. Deste modo, a relação da criança com um tutor irá transformá-la com o passar do tempo. Por este motivo, Piaget analisou a afetividade separando-a por estágios, conforme o desenvolvimento biológico da criança e seu desenvolvimento psíquico.

Ao contrário de Piaget, Wallon diz que não é possível estabelecer uma idade exata para uma transformação biológica da criança, pois tal processo pode ser variável conforme cada criança. Porém, é possível avaliar, de forma relativa, o período de ocorrência de tais transformações. Para expressar a evolução da criança

através da afetividade, foi realizada uma separação por estágios conforme apresentado no Quadro 2.

QUADRO 2. ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DA AFETIVIDADE, ABORDADA POR WALLON

Estágio	Idade	Características
Impulsivo Emocional	0 a 1 anos	A criança expressa sua afetividade através de movimentos descoordenados, respondendo a sensibilidade corporal: proprioceptiva e interoceptivas.
Sensório - motor e projetivo	1 a 3 anos	Quando a criança já dispõe da fala e da marcha, se volta para o mundo externo (sensibilidade exteroceptiva) para um intenso contato com os objetos e a indagação insistente do que são, como se chamam, como funcionam.
Personalismo	3 a 6 anos	Nessa fase a criança se descobre diferente das outras crianças e do adulto. O processo ensino-aprendizagem precisa oferecer atividades diferentes e as possibilidades de escolha pela criança das atividades que mais a atraiam. É nessa fase que ela descobre o que a difere dos demais.
Categorial	6 a 11 anos	Nessa fase a inteligência se sobrepõe em relação as emoções. A criança começa a desenvolver sua capacidade de memória e a atenção seletiva por determinados assuntos. É nesse estágio que a criança começa a abstrair os conceitos concretos e começa o processo de categorização mental, o que é possível devido suas condições biológicas, resultando em um grande desenvolvimento humano.
Adolescência	Após 11 anos	Ocorre nova definição dos contornos da personalidade, desestruturados devido às modificações corporais resultantes da ação hormonal. Questões pessoais, morais e existenciais são trazidas à tona.

Fonte: elaboração própria a partir de Oliveira e Dantas (1992).

Gostaríamos de enfatizar a fase categorial apresentada na Tabela 2, em que a criança tem um maior desenvolvimento na função cognitiva. Para Wallon, vários fatores contribuem para o desenvolvimento dessa função, sendo os dois principais fatores o biológico e o meio social. Quando tratamos do fator biológico, é possível analisar que a criança só poderá realizar determinadas funções motoras e psíquicas com uma certa maturação biológica. Já o meio social, é o que vai determinar a personalidade da criança, principalmente no período categorial (TASSONI, 2000).

Para Wallon, essa fase pode ser a principal no seu estudo, pois é nessa fase que as crianças começam a fazer ligações e representações mais complexas. O ponto de maior destaque na fase categorial, está no desenvolvimento da disciplina mental e na inibição da atividade motora.

Logo, é na idade da fase categorial que a afetividade tem um grande papel do desenvolvimento cognitivo, tendo em vista que é neste momento que a criança começa a utilizar o pensamento mais concreto para organizar suas ideias e raciocínio. A partir desta etapa, a criança passa a compreender as situações impostas a ela, pois conceitos não tem apenas mais um viés afetivo.

Assim, podemos compreender que a afetividade dentro da fase categorial, que vai de 6 (seis) a 11 (onze) anos, é a principal contribuição de Wallon para essa monografia.

Portanto, cada autor tráz contribuições para o desenvolvimento da criança, o qual veremos na seção a seguir.

3.4 CONTRIBUIÇÃO DOS PENSADORES EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Os três autores abordados anteriormente fizeram seus estudos com ênfase no desenvolvimento da criança, mas cada um abordando vias diferentes de pesquisa. Todavia, com a junção de todos os conceitos, é possível entender os motivos da apresentação dessas correntes educacionais para abordar o tema da educação financeira para crianças.

Para entendermos melhor, o quadro a seguir mostra o comparativo de estudo de cada autor:

QUADRO 3. QUADRO COMPARATIVO DOS PENSADORES EDUCACIONAIS

Autor	Jean Piaget	Vygotsky	Wallon
Palavras chave	Construção do conhecimento	Interação Social	Afetividade
Eixos da teoria Principais conceitos	Estágios de desenvolvimento	Zona de Desenvolvimento Proximal	A afetividade e o desenvolvimento da cognição
Relação do indivíduo com o mundo	Adaptação (Conhecimentos prévios)	Processo de socialização	Processo de individualização (Constituir-se indivíduo)
Papel do professor/escola	"Desequilibrar" os esquemas dos alunos a partir de seus conhecimentos prévios	"Intervir" na Z.D.P, ou seja, na distância entre o que o aluno já domina e o que faz com ajuda	Considerar: história do aluno, demandas atuais e perspectivas (futuro)

Elaboração própria a partir do site "Atividades Educação Infantil"

Para compreender o processo de educação financeira, é preciso ter noções matemáticas e de soluções de problemas. Através de Piaget, é possível entender que a criança só irá aprender aquilo que coincidir com a idade biológica, ou seja, conforme a evolução corporal dela. Nessa mesma linha de pensamento, Wallon também categoriza a criança por idade, pois entende que a parte biológica irá influenciar no desenvolvimento.

Conforme Piaget (2010), no período operatório concreto, que vai de 8 (oito) a 12 (doze) anos de idade, a criança pode dominar noções de números, conceitos matemáticos e solucionar problemas, onde são fatores importantes para a aprendizagem de educação financeira. Partindo desse pressuposto, Piaget nessa idade há um aumento cognitivo da criança, conseqüentemente pode resultar um grande aumento no seu desenvolvimento intelectual.

Segundo Dourado e Prandini (2002), Wallon traz a fase categorial de grande valia para os estudos pedagógicos, pois é nesse estágio, de 6 (seis) a 11 (onze) anos de idade, que a criança dá um salto em seu desenvolvimento humano. É possível concluir que a partir dessa idade apresenta-se o melhor momento para inserir a educação financeira para as crianças de uma maneira mais clara e aberta.

Piaget sabia que além da parte biológica, a afetividade irá influenciar no desenvolvimento da criança, mas foi Wallon que desenvolveu essa matéria mais a fundo. A partir deste momento, as ações de afetividade podem ser combinadas com a inserção da educação financeira na vida das crianças. Antes dessa idade, é possível apenas demonstrar noções de comportamento e afetividade que irão auxiliar nessa construção de educação financeira.

Tanto para Piaget quanto para Wallon, a afetividade é um fator crucial no desenvolvimento da criança, e Vygostky ao focar no papel da interação social da criança para seu desenvolvimento vem contribuir para essa discussão. É nessa fase então que o papel dos tutores e professores serão essenciais para esse salto no desenvolvimento, através do uso da zona de desenvolvimento proximal (Z.D.P).

Os autores tiveram focos diferentes, mas contribuições mundialmente importantes para o entendimento do processo de aprendizado das crianças. Ao conciliarmos os conceitos de cada autor, podemos obter maiores contribuições para a educação, principalmente para educação financeira.

Com essas contribuições dos autores, é possível entender a faixa etária escolhida, conforme cada abordagem dos autores. Tanto Piaget, como Wallon defendem a evolução biológica da criança, ou seja, só é possível ensinar a criança determinado assunto conforme sua evolução cognitiva.

Nos estudos de Piaget, a fase de mais importância para esse trabalho é o operatório concreto, que vai de 8 (oito) a 12 (doze) anos de idade.

Já para Wallon, que categoriza seus estudos com a evolução biológica e junto com a afetividade da criança, é na fase categorial que vai de 6 (seis) a 11 (onze) anos, que traz grandes contribuições para a monografia.

Se a afetividade se torna um propulsor na evolução biológica da criança, a interação social que Vygostky aborda vem na mesma linha de contribuição, pois através dos tutores e dos professores que ocorrerá um salto no aprendizado da criança, e com isso a afetividade poderá estar alinhada à esta linha de pensamento.

Se essas contribuições forem usadas de forma consciente pelos tutores legais das crianças, pelos professores e pelos formuladores de políticas educacionais, o salto de desenvolvimento da criança poderá trazer benefício de forma geral para toda a economia.

4 PAPEL DO GOVERNO NA ORIENTAÇÃO FINANCEIRA

Como abordamos nos tópicos anteriores, a educação para as crianças é determinada por diversos fatores: o próprio processo cognitivo, a afetividade, o meio social, o papel dos pais, e da escola.

Com a realidade de desigualdade de renda do Brasil, muitas famílias não possuem capacidade de incentivar o desenvolvimento das crianças nesse tema. Deste modo, se há interesse nacional nesse tipo de conhecimento (pois existem evidências de melhores indicadores econômicos e sociais para as nações com melhor nível de educação financeira, como exemplo da Dinamarca, Noruega e Suécia, em que 71% da sua população é educada sobre o tema (“Standard & Poor’s | América Latina”, 2016.)) e considerando que esse tipo de interferência gera maiores resultados no longo prazo, é importante traçar estratégias governamentais de atuação em prol desse desenvolvimento, principalmente no âmbito de escolas públicas.

Seguindo esta linha de raciocínio, o Governo Brasileiro criou algumas medidas para o desenvolvimento educacional econômico nacional, as quais iremos apresentar nas seções seguintes.

4.1 CONEF E ENEF

O decreto presidencial nº 7.397, criado no dia 22 de dezembro de 2010, teve por objetivo instituir a criação da Estratégia Nacional de Educação financeira – ENEF, com o intuito de levar gratuitamente a educação financeira e previdenciária para a população e assim contribuir na formação dos cidadãos, para que haja um fortalecimento na eficiência e solidez do sistema financeiro nacional.

Para fazer a direção, supervisão e fomento da Estratégia Nacional de Educação financeira – ENEF, foi criado o Comitê Nacional de Educação Financeira – CONEF.

O CONEF é formado por entidades do governo, sendo elas o Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Superintendência de Seguros Privados, Ministério da Justiça e Cidadania, Ministério da Educação e Ministério da Fazenda.

Ainda, também é composto por organizações da sociedade civil, sendo elas a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de

Capitais (ANBIMA), B3, Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), (Vida e dinheiro, 2019).

Dentro das estratégias feitas pela a ENEF, foram criadas duas seções para a criação de programas, onde a primeira se refere à programas setoriais e os projetos são elaborados e desenvolvidos por membros da CONEF. No segundo setor, são realizados programas transversais com o objetivo de conjunção de diversos temas relacionados à educação financeira, mas que são coordenados pela a Associação de Educação Financeira do Brasil -AEF-Brasil.

Os diversos projetos criados na Estratégia Nacional de Educação financeira – ENEF tem por objetivo atender toda a população brasileira. Porém, o foco do presente estudo são as crianças. Assim, podemos mencionar o principal projeto da estratégia, sendo ele a “Vida e Dinheiro”.

O projeto “Vida e Dinheiro” tende a ser referência nacional em educação financeira, atendendo os ensinamentos fundamentais e médios. O ensino fundamental parte desde o primeiro ano com crianças a partir de 6 (seis) anos e vai até o nono ano, atendendo crianças com 14 (quatorze) anos. Na análise dos pensadores educacionais anteriormente proposta, enfocamos a faixa etária de 8 (oito) a 12 (doze) anos, que está dentro do proposto pela a ENEF.

Para a implementação do projeto, existem dois pilares pedagógicos fundamentais, o qual se refere à dimensão espacial, sendo definido pela ENEF (2019) como a abordagem de,

conceitos da educação financeira se pautam no impacto das ações individuais sobre o contexto social, ou seja, das partes com o todo e vice-versa. Essa dimensão compreende ainda os níveis individual, local, regional, nacional e global, que se encontram organizados de modo inclusivo. (Vida e dinheiro, p.6, 2019).

A segunda vertente se refere à dimensão temporal, sendo definida pelo ENEF (2019) como,

base na noção de que as decisões tomadas no presente podem afetar o futuro. Os espaços são atravessados por essa dimensão que conecta passado, presente e futuro numa cadeia de inter-relacionamentos. (Vida e dinheiro, p.6, 2019).

Essas duas bases educacionais do projeto têm objetivos a serem alcançados durante sua execução no ensino fundamental, conforme veremos no quadro a baixo:

QUADRO 4. PRINCIPAIS OBJETIVOS DO PROJETO VIDA E DINHEIRO

Objetivos			Competências
Objetivos espaciais	ob 1	Formar para a cidadania	Debater direitos e deveres
	ob 2	Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável	Participar de decisões financeiras, social e ambientalmente responsáveis
			Distinguir desejos e necessidades de consumo e poupança no contexto do projeto de vida familiar
	ob 3	Oferecer conceitos e ferramentas para tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude	Ler e interpretar textos simples do universo da Educação Financeira
			Ler criticamente textos publicitários
ob 4	Formar Multiplicadores	Participar de decisões financeiras considerando necessidades reais	
Objetivos Temporais	ob 5	Ensinar a planejar a curto, médio e longo prazo	Atuar como multiplicador
	ob 6	Desenvolver a cultura da prevenção	Elaborar planejamento financeiro com ajuda
			Cuidar de si próprio, da natureza e dos bens comuns considerando as repercussões imediatas de ações realizadas no presente
			Cuidar de si próprio, da natureza e dos bens comuns considerando as repercussões futuras de ações realizadas no presente

Fonte: elaboração própria a partir do site "Vida e Dinheiro"

Para a implementação do projeto, existe uma plataforma gratuita e de acesso para todas as escolas e a população. O projeto "Vida e Dinheiro" dispõem de cartilhas sobre ensino da educação financeira, divididos conforme a série em que o aluno se encontra matriculado. O professor também tem acesso a um material específico do tutor e ainda conta com um curso online de 40 (quarenta) horas, com provas finais de desempenhos.

Ainda, para a complementação das atividades dos alunos, o ENEF criou um jogo interativo para as crianças, com o objetivo de entreter-las e ensiná-las.

O jogo em questão pode ser acessado através de computadores e celulares. Conta, ainda, com um controle de desempenho do aluno e com a pontuação das escolas e dos estudantes de melhores desempenhos.

Para uma melhoria no projeto “Vida e Dinheiro” a ENEF criou um projeto em paralelo, no qual

instituições de Ensino Superior estão sendo convidadas, em cada estado do país, a servir como um Polo de Educação Financeira. Em parcerias formalizadas com as Secretarias de Educação, cursos de pós-graduação são desenvolvidos e oferecidos para os professores da rede pública. A ampliação do número de polos permitirá a criação de uma Rede Nacional de Formação de Professores que integre saberes, permita a troca de conhecimentos e atenda às especificidades regionais. (Vida e dinheiro, p.9 2019).

Como a inserção da educação financeira é precoce no país, poucas escolas aderiram aos projetos de educação financeira criados pela a ENEF.

Por tal motivo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estuda e define as estratégias educacionais nacionais e devem nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, implementou através da resolução CNE/CP nº 3/2004 e da CNE/CP nº 1/200422, que diversos assuntos, incluindo a educação financeira e fiscal, sejam compostas e contempladas em habilidades do componentes curriculares.

Para que haja um avanço na educação financeira nas escolas, foi homologado na Nova Base Nacional Comum Curricular 2018 (BNCC), a educação financeira entre temas transversais nos currículos escolares, para serem implementadas através das disciplinas de matemática, português, geográfica e história.

Através do referido decreto, as instituições de ensino terão até o ano de 2019 para organizar os currículos escolares e implementar a partir do ano de 2020 a educação financeira.

A partir da homologação, as escolas tem a liberdade de implementar novos projetos de educação financeira, ou implementar projetos já existentes na ENEF(“Nova Base Nacional Comum Curricular”, 2018).

As ações relacionadas à educação financeira, estão cada vez mais sendo ampliadas no país, quando se comparadas com os crescimentos do projeto nos anos anteriores. Segundo o 2º Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação

Financeira, no ano de 2018 foram realizadas mais de 1300 (mil e trezentas) iniciativas de educação financeira em todo país.

Quando comparado pelo número de crianças de até 12 anos no Brasil (35,5 milhões de crianças), feita pela PNAD 2018 (IBGE, 2019), com o número de pessoas atendidas pelos projetos de educação financeira (27 mil crianças) de 6 a 14 anos (Projeto vida e Dinheiro, 2018), podemos dizer que esses números ainda são baixos.

4.2 A RELAÇÃO DAS POLITICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E OS PENSADORES EDUCACIONAIS

Podemos trazer alguns pontos das contribuições dos pensadores educacionais em comparação às políticas da ENEF, com ênfase ao projeto “Vida e Dinheiro”.

Os projetos na plataforma da ENEF não têm como base a classificação da idade pelos pensadores educacionais conforme o estudo ora apresentado. Porém, a inserção da educação financeira pelo projeto “Vida e Dinheiro”, ocorre pelas instituições de ensino fundamental que abragem crianças com idade entre 6 (seis) a 14 (quatorze) anos, o que inclui a faixa de 8 a 12 anos destacada pela monografia.

Para Piaget (2010), as crianças passam por mudanças biológicas na idade operatório concreto (8 (oito) a 12 (doze) anos) e assim podem aprender certos assuntos conforme sua maturidade intelectual.

Seguindo na mesma lógica, o projeto “Vida e Dinheiro” transmite conhecimentos novos para as crianças, dentre eles ensinar a consumir e poupar, planejar a curto, médio e longo prazo e até desenvolver a cultura da prevenção de gastos.

É difícil dizer se esses objetivos do projeto na plataforma da ENEF atendem exatamente aos ideais de Piaget, tendo em vista ser necessário um estudo de campo com resultados quantitativos para analisar tais resultados, o que foge do escopo do atual trabalho(SOUZA, 2014).

Por outro lado, quando falamos de Vygostky e sua teoria da relação social com o aprendizado da criança, é possível ver que a ENEF segue a linha de pensamento do referido autor.

Tal conclusão é possível ao notamos que ambos têm como um dos fundamentos de seus projetos formar multiplicadores de conhecimento, fato este que

pode se relacionar na ZPD, onde a criança ou o tutor, repassa seus conhecimentos para o outro, assim se tornando um disseminador.(FINO, 2001)

Por fim, para Wallon a idade da criança para o aprendizado pode variar de acordo com o indivíduo, pois diretamente relacionado ao desenvolvimento biológico de cada um. Segundo sua teoria, a afetividade aumenta o desenvolvimento cognitivo e na faixa etária de de 6 (seis) e 11 (onze) anos, onde a criança desenvolve a seleção de natureza seletiva. Neste momento, a criança se interessa por assuntos que chamam sua atenção.

Assim, podemos dizer que a ENEF vem tomando iniciativas para chamar a atenção das crianças para a educação financeira, trazendo livros bem ilustrativos e jogos, os quais influenciam a interação com as crianças (FERREIRA; ACIOLY-RÉGNIER, 2010), o que está de acordo com as conclusões desse pensador também.

Por fim, destacamos que para Vygostky e Wallon, o papel dos tutores e das escolas são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo das crianças.

Desta forma, afirmamos que a ENEF segue o mesmo pressuposto dos pensadores mencionados, levando a educação financeira gratuitamente para toda a população, através de várias iniciativas e das escolas. Muito embora necessite ampliar sua escala para atender a uma população grande de crianças nessas faixas etárias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado inicialmente apresentou a relação entre o desenvolvimento da educação financeira para crianças e o desenvolvimento econômico e social do país, justificando o tema.

Depois, através das análises das obras de Piaget, Vigotsky e Wallon, podemos classificar que a faixa etária de 8 (oito) a 12 (doze) anos, é a mais próxima ou então, a melhor idade para se inserir estudos específicos de educação financeira.

Porém, é importante frisar que assim como Wallon apontou em suas obras, as idades podem variar para cada indivíduo, pois está diretamente atrelado ao desenvolvimento biológico de cada criança.

Ainda, é importante salientar que o papel da situação social, dos pais e professores são essenciais no desenvolvimento cognitivo e para o aprendizado das crianças e que a afetividade deve ser vista como um propulsor nessa evolução.

Os estudos deste trabalho sobre as políticas públicas de educação financeira que estão sendo realizadas no Brasil, podem ser vistos como os primeiros passos de muitos outros que podem ser dados para o desenvolvimento desse tema no país.

O CONEF mesmo sem mencionar em suas estratégias educacionais os autores Piaget, Vygotsky e Wallon, segue bases científicas próximas as dos pensadores educacionais. Portanto, para maior desenvolvimento da educação financeira, é preciso de uma expansão dos projetos criados e vinculados na ENEF.

Não obstante, nosso legado é fornecer para as crianças melhores ferramentas para que possam ter um futuro digno, mesmo sabendo que a educação financeira não é o único determinante para isso.

6 REFERÊNCIAS

ABTD - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://PORTAL.ABTD.COM.BR](http://portal.abtd.com.br)>. ACESSO EM: 16 NOV. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. CADERNO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA GESTÃO DE FINANÇAS PESSOAIS. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.BCB.GOV.BR/PRE/PEF/PORT/CADERNO_CIDADANIA_FINANCEIRA.PDF](https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf). ACESSO EM 25 MAI. 2019. BRASÍLIA, 2013.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.SENADO.LEG.BR/ATIVIDADE/CONST/CON1988/CON1988_05.10.1988/ART_205_.ASP](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_205_.asp)>. ACESSO EM: 5 NOV. 2019.

DOURADO, I. C. P.; PRANDINI, R. C. A. R. HENRI WALLON: PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO. AUGUSTO GUZZO REVISTA **ACADÊMICA**, N. 5, 2002.

EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA NO BRASIL | UNESCO. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.UNESCO.ORG/NEW/PT/BRASIL/EDUCATION/EDUCATIONAL-QUALITY/LIFELONG-EDUCATION/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/educational-quality/lifelong-education/)>. ACESSO EM: 16 NOV. 2019.

FERREIRA, A. L.; ACIOLY-RÉGNIER, N. M. CONTRIBUIÇÕES DE HENRI WALLON À RELAÇÃO COGNIÇÃO E AFETIVIDADE NA EDUCAÇÃO. **EDUCAR EM REVISTA**, N. 36, 2010.

FINO, C. N. VYGOTSKY E A ZONA DE DESENVOLVIMENTO PROXIMAL (ZDP): TRÊS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS. 2001.

GANDIN, R. V. A CONSTRUÇÃO DOS SIGNIFICADOS NA TEORIA DE VYGOTSKY: POSSIBILIDADES COGNITIVAS PARA A REALIZAÇÃO DA LEITURA, 2013.

GOMES, D. M.; SORATO, K. A. D. L. PLANEJAMENTO E CONTROLE DAS FINANÇAS PESSOAIS COM ENFOQUE NA UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS E SERVIÇOS CONTÁBEIS: UM ESTUDO COM PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS. SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, V. 2, N. 2, 10 NOV. 2010.

GOULART, IRIS BARBOSA. PIAGET: EXPERIÊNCIAS BÁSICAS PARA UTILIZAÇÃO PELO PROFESSOR. PETRÓPOLIS, RJ: VOZES, 2005.

IBGE - EDUCA | CRIANÇAS | PERFIL DAS CRIANÇAS DO BRASIL. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://EDUCA.IBGE.GOV.BR/CRIANÇAS/BRASIL/2697-IE-IBGE-EDUCA/JOVENS/MATERIAS-ESPECIAIS/20786-PERFIL-DAS-CRIANCAS-BRASILEIRAS.HTML](https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/2697-ie-ibge-educa/jovens/materias-especiais/20786-perfil-das-criancas-brasileiras.html)>. ACESSO EM: 16 NOV. 2019.

NOVA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: AVANÇO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL (AEF-BRASIL), 21 DEZ. 2018. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.AEFBRASIL.ORG.BR/INDEX.PHP/BNCC/](http://www.aefbrasil.org.br/index.php/bncc/)>. ACESSO EM: 8 NOV. 2019D

ODS 1 - ERRADICAÇÃO DA POBREZA - IPEA - OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.IPEA.GOV.BR/ODS/ODS1.HTML#COLL_1_4](http://www.ipea.gov.br/ods/ods1.html#coll_1_4)>. ACESSO EM: 16 NOV. 2019.

OLIVEIRA, M. K. D.; DANTAS, H. TEORIAS PSICOGENÉTICAS EM DISCUSSÃO. P. 12, 1992.

PIAGET, J. SEIS ESTUDOS DE PSICOLOGIA. RIO DE JANEIRO: FORENSE UNIVERSITÁRIA, 2010.

PINHEIRO, R. P. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA: A NOVA FRONTEIRA DOS FUNDOS DE PENSÃO, 2008.

PROGRAMAS SETORIAIS. ENEF, [s.d.]. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.VIDAEDINHEIRO.GOV.BR/PROGRAMAS-SETORIAIS/](http://www.vidaedinheiro.gov.br/programas-setoriais/)>. ACESSO EM: 7 NOV. 2019

SILVEIRA, F. GASTO E CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS. [HTTP://WWW.IPEA.GOV.BR](http://www.ipea.gov.br), 2006.

SOUZA, N. M. DE. REFLEXÕES SOBRE A TEORIA PIAGETIANA: O ESTÁGIO OPERATÓRIO CONCRETO. ABR. 2014.

SPC BRASIL. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.SPCBRASIL.ORG.BR/IMPRESA/NOTICIA/6942](https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/noticia/6942)>. ACESSO EM: 16 NOV. 2019.

STANDARD & POOR'S | AMÉRICA LATINA. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.STANDARDANDPOORS.COM/PT_LA/WEB/GUEST/HOME](https://www.standardandpoors.com/pt_la/web/guest/home)>. ACESSO EM: 16 NOV. 2019.

STUART, S. ENSINE SEU FILHO A CUIDAR DO DINHEIRO. [s.l.] EDITORA GENTE LIV E EDIT LTD, 2014.

TASSONI, E. C. M. AFETIVIDADE E APRENDIZAGEM: A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO. 2000.

VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E DECISÕES DE CONSUMO, INVESTIMENTO E POUPANÇA: UMA ANÁLISE DOS ALUNOS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO NORTE DO PARANÁ. DOI: 10.15600/1679-5350/RAU.V9N3P61-86. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO, V. 9, N. 3, 9 DEZ. 2011.